



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*instituto internacional oco hr*

### **INSTITUTO DOS ADVOGADOS BRASILEIROS – IAB**

Indicação nº 092/2021

Indicação: Dr. Bernardo Gicquel

Relatoria: Dra. Carmela Grüne

**Ementa:** Parecer contrário à PL 750/2021 e o impacto da política de paridade internacional.

**Palavras-Chave:** PL 750/2021. Alteração da Política de Paridade Internacional. Autonomia Energética. Segurança Nacional.

#### **Histórico do Parecer**

Na data de 10 de novembro de 2021, na 61ª Sessão Ordinária do Instituto dos Advogados Brasileiros - IAB<sup>1</sup>, o presidente em exercício Dr. Sérgio Tostes, incluiu em pauta para votação a indicação de parecer nº 092/2021, feita por Dr. Bernardo Gicquel, presidente da Comissão de Energia, Petróleo e Gás, para fins de elaboração de Parecer sobre a Análise da PL 750/2021 e o impacto da Política de Paridade Internacional, instaurada pela administração de Pedro Parente (governo Temer em 2016)<sup>2</sup>, que traz para o dólar o preço do petróleo, inclusive daquele produzido no Brasil, acompanhada de outras duas decisões, a redução da produção nas refinarias próprias da empresa e o anúncio da venda de outras quatro no Brasil<sup>3</sup>. Esse foi aprovado, para que no prazo de 30 dias corridos, conforme disposto no item 7 da Resolução 03/2018, do Instituto dos Advogados Brasileiros, seja apresentado.

<sup>1</sup> 61ª Sessão Ordinária do IAB. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=iWP4nRW7wUA>. Acessado 05/03/2022.

<sup>2</sup> CELESTINO, Pedro. A Petrobrás e os preços dos combustíveis. Disponível em <https://portalclubedeengenharia.org.br/2021/04/19/a-petrobras-e-os-precos-dos-combustiveis/>. Acessado 01/02/2022.

<sup>3</sup> Nota Técnica n. 194 de 2018 do DIEESE “A escalada do preço dos combustíveis e as recentes escolhas da política do setor de petróleo”. Disponível em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec194PrecosCombustiveis.pdf>. Acessado: 12/02/2022



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

Na data de 11 de novembro de 2021, o Presidente da Comissão de Energia, Petróleo e Gás do IAB, Dr. Bernardo Gicquel, distribuiu a Indicação nº 092/2021 para Relatório e Voto da Dra. Carmela Grüne. Passa-se a análise da PL 750/2021:

### Histórico da PL 750/2021

A PL 750/2021 proposta pelo Deputado Federal Nereu Crispim altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, para estabelecer política de preços de derivados de petróleo, e dá outras providências, encontra-se para análise da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, apresentando as seguintes alterações:

Redação Atual	Proposta de Redação
<p>Art. 68-B. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas na regulação, o agente produtor, a cooperativa de produção ou comercialização de etanol, a empresa comercializadora de etanol ou o importador de etanol hidratado combustível fica autorizado a comercializá-lo com: <a href="#">(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.069, de 2021)</a></p> <p>I - agente distribuidor; <a href="#">(Incluído pela Medida Provisória nº 1.063, de 2021)</a> <a href="#">(Produção de efeitos)</a></p> <p>II - revendedor varejista de combustíveis; <a href="#">(Incluído pela Medida Provisória nº 1.063, de 2021)</a> <a href="#">(Produção de efeitos)</a></p> <p>III - transportador-revendedor-retalhista; e <a href="#">(Incluído pela Medida Provisória nº 1.063, de 2021)</a> <a href="#">(Produção de efeitos)</a></p> <p>IV - mercado externo. <a href="#">(Incluído pela Medida Provisória nº 1.063, de 2021)</a> <a href="#">(Produção de efeitos)</a></p>	<p>Art. 68-B. Os preços de venda para distribuidores e comercializadores dos derivados do petróleo produzidos no País e importados não poderão ultrapassar os valores do mercado internacional, tendo como referência os preços competitivos praticados na costa do golfo dos Estados Unidos.</p>
<p>Art. 68-C. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas na regulação, o agente revendedor fica autorizado a adquirir e a comercializar etanol hidratado combustível do: <a href="#">(Incluído pela Medida Provisória nº 1.063, de 2021)</a> <a href="#">(Produção de efeitos)</a></p> <p><del>I - agente produtor ou importador;</del></p> <p>I - agente produtor, cooperativa de produção ou comercialização de etanol, empresa comercializadora de etanol ou importador; <a href="#">(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.069, de 2021)</a></p> <p>II - agente distribuidor; e <a href="#">(Incluído pela Medida Provisória nº 1.063, de 2021)</a> <a href="#">(Produção de efeitos)</a></p>	<p>Art. 68-C. Fica criado o Fundo de Estabilização dos Preços dos Derivados do Petróleo – FEPD, que tem os seguintes objetivos:</p> <p>I - Reduzir a volatilidade dos preços dos derivados do petróleo no mercado interno, que pode ocorrer mediante pagamento de subvenção econômica aos refinadores de petróleo por eles produzido no País e aos importadores;</p> <p>II - Garantir que, em cada exercício financeiro anual, os refinadores de que trata o inciso I do caput deste artigo recebam, no mínimo, os valores do mercado internacional de que trata o caput do art. 68-B desta Lei.</p> <p>III - Garantir que, em cada exercício financeiro anual, os importadores de derivados de petróleo</p>



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.inadbr.org.br

<p>III - transportador-revendedor-retalhista. <a href="#">(Incluído pela Medida Provisória nº 1.063, de 2021)</a> <a href="#">(Produção de efeitos)</a></p>	<p>recebam os valores do mercado internacional de que trata o caput do art. 68-B desta Lei, e um adicional compatível com seus custos e margens, que pode ter como fonte de recursos o FEPD.</p> <p>IV - Ser fonte de recursos orçamentários para compensar eventuais reduções de tributos incidentes na comercialização de derivados de petróleo.</p> <p>Parágrafo único. O FEPD será regulamentado por Decreto do Presidente da República, que definirá, também, os critérios para redução da volatilidade de que trata o inciso I do caput deste artigo e para destinação dos recursos do FEPD.</p> <p>Art. 68-D. Em cada exercício anual, os recursos financeiros destinados ao FEPD, de que trata o art. 68-C desta Lei, não poderão ser superiores aos recursos arrecadados a partir da cobrança de imposto de exportação sobre petróleo bruto.”</p>
	<p>Art. 2º O petróleo bruto, compreendido no código 2709.00.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, fica sujeito às seguintes alíquotas progressivas mínimas de imposto de exportação:</p> <p>I - 0% (zero por cento) para o valor do petróleo bruto até US\$ 40 (quarenta dólares dos Estados Unidos) por barril;</p> <p>II - 30% (trinta por cento) aplicados apenas sobre a parcela do valor do petróleo bruto acima de US\$ 40 (quarenta dólares dos Estados Unidos) por barril e abaixo ou igual a US\$ 70 (setenta dólares dos Estados Unidos) por barril;</p> <p>III - 50% (cinquenta por cento) aplicados apenas sobre a parcela do valor do petróleo bruto acima de US\$ 70 (setenta dólares dos Estados Unidos) por barril.</p> <p>Parágrafo único. Em períodos em que não houver necessidade de importação de derivados de petróleo para atendimento do mercado nacional e houver saldo suficiente do Fundo de Estabilização dos Preços dos Derivados do Petróleo – FEPD, instituído pela Lei nº 9.478, de 6 agosto de 1997, para garantir preços estáveis e preços médios no exercício financeiro anual igual ou abaixo dos valores do mercado internacional, tendo como referência os preços competitivos praticados na costa do golfo dos Estados Unidos, as alíquotas de que trata este artigo poderão ser reduzidas até 0% (zero por cento).</p>
	<p>Art. 3º Do valor da exportação utilizado como base de cálculo para se determinar o valor do</p>



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*sumo internacional oro hr*

	imposto de exportação de que trata o art. 2º desta Lei poderá ser deduzido o valor das importações de petróleo bruto desde que o petróleo bruto seja refinado no País pela mesma pessoa jurídica exportadora e durante o mesmo período. Parágrafo único. Para fins da dedução de que trata o caput deste artigo, o volume de petróleo bruto importado não poderá ultrapassar 10% (dez por cento) do volume total refinado pela mesma pessoa jurídica e no mesmo período.
	Art. 4º Esta Lei entra em vigor no prazo de noventa dias, a partir da data de sua publicação.

Desde 1938 o abastecimento nacional de petróleo e seus derivados passou a ser considerado no Brasil como de utilidade pública<sup>4</sup>. Até os dias atuais, o petróleo permanece como matriz energética essencial e indispensável, tendo como política de Estado a Petrobras<sup>5</sup> criada pela Lei n. 2.004 de 3 outubro de 1953, com objetivo de atuar na pesquisa, a lavra, a refinação, o comércio e o transporte do petróleo proveniente de poço ou de xisto – de seus derivados, bem como, de quaisquer atividades correlatas ou afins.

Dentro da organização da Administração Federal, conforme o Decreto-Lei n. 200 de 25 de fevereiro de 1967, artigo 4, inciso II, alínea c<sup>6</sup>, a Petrobras encontra-se na estrutura da Administração Pública Indireta, vinculando-se ao Ministério de Minas e Energia, de acordo com o artigo 61, da Lei n. 9.478 de 6 de agosto de 1997<sup>7</sup>. Portanto, seus atos administrativos estão condicionados a observância dos artigos 37, 173, § 1º, § 2, § 4, 176, § 1º, 177, 238 da CRFB, leia-se:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

<sup>4</sup> <https://www.migalhas.com.br/depeso/352998/a-tributacao-dos-combustiveis-no-brasil>

<sup>5</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/12004.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/12004.htm)

<sup>6</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm)

<sup>7</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19478.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19478.htm)



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*www.iabnacional.org.br*

I - sua função social e formas de fiscalização pelo Estado e pela sociedade; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

II - a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

III - licitação e contratação de obras, serviços, compras e alienações, observados os princípios da administração pública; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IV - a constituição e o funcionamento dos conselhos de administração e fiscal, com a participação de acionistas minoritários; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

V - os mandatos, a avaliação de desempenho e a responsabilidade dos administradores. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

§ 2º As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

§ 4º A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.

Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

§ 1º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 6, de 1995\)](#)

Art. 177. Constituem monopólio da União:

I - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos; (Vide Emenda Constitucional nº 9, de 1995)

II - a refinação do petróleo nacional ou estrangeiro;

III - a importação e exportação dos produtos e derivados básicos resultantes das atividades previstas nos incisos anteriores;

IV - o transporte marítimo do petróleo bruto de origem nacional ou de derivados básicos de petróleo produzidos no País, bem assim o transporte, por meio de conduto, de petróleo bruto, seus derivados e gás natural de qualquer origem;

V - a pesquisa, a lavra, o enriquecimento, o reprocessamento, a industrialização e o comércio de minérios e minerais nucleares e seus derivados, com exceção dos radioisótopos cuja produção, comercialização e utilização poderão ser autorizadas sob regime de permissão, conforme as alíneas b e c do inciso XXIII do caput do art. 21 desta Constituição Federal. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 49, de 2006\)](#)

§ 1º A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo observadas as condições estabelecidas em lei. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 9, de 1995\)](#) (Vide Emenda Constitucional nº 9, de 1995)



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*www.iabnacional.org.br*

§ 2º A lei a que se refere o § 1º disporá sobre: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 9, de 1995) (Vide Emenda Constitucional nº 9, de 1995)

I - a garantia do fornecimento dos derivados de petróleo em todo o território nacional; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 9, de 1995)

II - as condições de contratação; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 9, de 1995)

III - a estrutura e atribuições do órgão regulador do monopólio da União; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 9, de 1995)

§ 3º A lei disporá sobre o transporte e a utilização de materiais radioativos no território nacional. (Renumerado de § 2º para 3º pela Emenda Constitucional nº 9, de 1995)

§ 4º A lei que instituir contribuição de intervenção no domínio econômico relativa às atividades de importação ou comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados e álcool combustível deverá atender aos seguintes requisitos: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

I - a alíquota da contribuição poderá ser: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

a) diferenciada por produto ou uso; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

b) reduzida e restabelecida por ato do Poder Executivo, não se lhe aplicando o disposto no art. 150, III, b; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

II - os recursos arrecadados serão destinados: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

a) ao pagamento de subsídios a preços ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados e derivados de petróleo; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

b) ao financiamento de projetos ambientais relacionados com a indústria do petróleo e do gás; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

c) ao financiamento de programas de infra-estrutura de transportes. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 33, de 2001)

Art. 238. A lei ordenará a venda e revenda de combustíveis de petróleo, álcool carburante e outros combustíveis derivados de matérias-primas renováveis, respeitados os princípios desta Constituição.

A Constituição Federal impõe a Petrobras na sua conduta, como integrante da Administração Pública Indireta, atuar dentro dos princípios da **legalidade, publicidade, moralidade, eficiência, impessoalidade**, com atribuições estratégicas a segurança nacional, dada a atividade ser essencial ao desenvolvimento econômico do país<sup>8</sup>, ou seja, de interesse de toda a coletividade.

<sup>8</sup> Loral, Marcelo Sartorio; Silva, Cássio Garcia Ribeiro Soares da; Mortari, Valéria Silva; "A Petrobras como agente do desenvolvimento produtivo no Brasil: importância e esvaziamento", p. 1-18. In: Anais do IV Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação. São Paulo: Blucher, 2019. Disponível em <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/a-petrobras-como-agente-do-desenvolvimento-produtivo-no-brasil-importancia-e-esvaziamento-33127>, acessado 01/02/2022.



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*sumo internacional pro hr*

A mesma se submete a concorrência<sup>9</sup>, **vedado o aumento arbitrário dos lucros, para reprimir o abuso do poder econômico.**

É possível constatar que o poder constituinte derivado estabeleceu que o fornecimento dos derivados de petróleo em todo território nacional deve ser garantido por lei, devendo a Petrobras atender os requisitos de alíquota da contribuição, diferenciada por produto ou uso, **sendo que esses recursos arrecadados deverão ser destinados ao pagamento de subsídios a preços e ou transporte de álcool combustível, gás natural e seus derivados de petróleo,** como, financiamento de projetos ambientais, programas de infra-estrutura de transportes.

A Petrobras foi criada com uma finalidade de interesse público<sup>10</sup> a qual, por imposição constitucional, **deve zelar para que seus objetivos não afrontem a soberania, aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, da construção de uma sociedade livre, justa e solidária, contribuindo como ao desenvolvimento nacional**<sup>11</sup>, a erradicação da pobreza e da marginalização e da redução das desigualdades sociais e regionais, também a independência nacional, pela autonomia energética<sup>12</sup>, com a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, energia limpa.

<sup>9</sup> Lei n. 9.478, de 6 de agosto de 1997. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19478.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19478.htm). Acessado 05/03/2022.

<sup>10</sup> A Nota Técnica n. 251 de 2021 do DIEESE “**O necessário debate sobre os preços dos combustíveis no Brasil**” ressalta: “*Na questão dos preços dos combustíveis, é fundamental o fortalecimento da capacidade do Estado brasileiro para administrar as flutuações externas de custos, reduzindo o impacto da dinâmica geopolítica internacional do petróleo, e, ao mesmo tempo, direcionando a política interna de preços para o atendimento dos interesses dos consumidores. Necessário ir além da dicotomia acionistas versus consumidor e propiciar alternativas para investimentos em ciência, tecnologia, inovação e principalmente em novas fontes de energia para assegurar uma transição energética de médio prazo. Como empresa estatal, a Petrobras deveria ter a atuação voltada para esses interesses e não favorecer os investidores estrangeiros e especuladores que ganham em torno da livre flutuação de preços*”. Disponível em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2021/notaTec251PrecosCombustiveis/index.html?page=1>. Acessado 01/02/2022.

<sup>11</sup> Cabe ressaltar que a Petrobras contribuiu, pela participação do setor de petróleo e gás, no PIB brasileiro, alcançando a marca de 13%. Além disso, conforme a matéria publicada em 17 de junho de 2014, pela criação do Prominp (Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural) e o alinhamento das operadoras - em particular a Petrobras - incentivou o conteúdo nacional, como a indústria naval brasileira que teve um crescimento vertiginoso na última década. Disponível em <https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/participacao-do-setor-de-petroleo-e-gas-chega-a-13-do-pib-brasileiro.htm>. Acessado em 01/02/2022.

<sup>12</sup> A Nota Técnica do DIEESE n. 189 de 2018 “**Empresas estatais e desenvolvimento: considerações sobre a atual política de desestatização**” traz como conclusão que “*abrir mão de grandes empresas em setores estratégicos, sobretudo para o capital estrangeiro – ainda que estatal – significa delegar nossa trajetória de desenvolvimento econômico e social a interesses que não são necessariamente os da sociedade brasileira. A venda de empresas que administram recursos estratégicos compromete a soberania nacional. Da mesma forma, a capacidade de o país fazer frente a interesses externos baseia-se, em larga medida, na sua possibilidade de gerir*



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*instituto internacional pro hr*

Na Lei 9.478<sup>13</sup>, datada de 6 de agosto de 1997, quando dispõe da política energética nacional segue no mesmo sentido de:

- a) *priorizar o interesse nacional;*
- b) *promover o desenvolvimento, ampliar o mercado de trabalho e valorizar os recursos energéticos;*
- c) *proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos, proteger o meio ambiente e promover a conservação de energia, garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional, nos termos do § 2º do art. 177 da Constituição Federal;*
- d) *incrementar, em bases econômicas, a utilização do gás natural, identificar as soluções mais adequadas para o suprimento de energia elétrica nas diversas regiões do País, utilizar fontes alternativas de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis;*
- e) *ampliar a competitividade do País no mercado internacional, incrementar, em bases econômicas, sociais e ambientais, a participação dos biocombustíveis na matriz energética nacional;*
- f) *garantir o fornecimento de biocombustíveis em todo o território nacional, promover a competitividade do País no mercado internacional de biocombustíveis;*
- g) *fomentar a pesquisa e o desenvolvimento relacionados à energia renovável, mitigar as emissões de gases causadores de efeito estufa e de poluentes nos setores de energia e de transportes, inclusive com o uso de biocombustíveis.*

No entanto, nos últimos anos, medidas de Governo Federal modificaram a forma de intervenção estatal, desestabilizando preços do petróleo, conforme Nota Técnica do DIEESE n. 194 de 2018<sup>14</sup>:

- “1) O país se torna mais vulnerável aos efeitos externos, reduzindo a capacidade de intervenção sobre os preços. Isso acontece quando o preço do barril sobe muito (como está acontecendo agora) ou mesmo quando há uma intempérie em países fornecedores de petróleo ou derivados.*
- 2) O país passa a comprar no mercado internacional um bem que poderia produzir internamente. A produção de petróleo no Brasil, em abril de 2018, foi de 2,6 milhões de barris/dia (sem considerar 673 mil barris de gás natural). Neste mesmo mês, as refinarias da Petrobras processaram 1,6 milhão de*

---

*seus ativos estratégicos e assegurar os interesses de sua população”.* Disponível em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec189Estatais.pdf>, acessada 01/02/2022.

<sup>13</sup> LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19478.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19478.htm), acessada 01/02/2022.

<sup>14</sup> A Nota Técnica do DIEESE n. 194 de 2018 “**A escalada do preço dos combustíveis e as recentes escolhas da política do setor de petróleo**”. Disponível em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec194PrecosCombustiveis.pdf>, acessado 01/02/2022.



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*www.iabnacional.org.br*

*barris/dia e o consumo interno de derivados ficou em 2,2 milhões de barris/dia. Assim, mesmo produzindo 400 mil barris de petróleo a mais do que o necessário para atender ao consumo nacional, o país importou3 cerca de 600 mil barris de derivados/dia. Isso aconteceu porque a Petrobras está aumentando a exportação de petróleo cru e, ao mesmo tempo, reduzindo a utilização de suas refinarias. As refinarias da empresa possuem capacidade de refinar 2,4 milhões de barris/dia, mas estão utilizando apenas 68% dessa capacidade<sup>15</sup>. Além disso, parte dessa produção de derivados está sendo direcionada para atender ao mercado externo.*

*3) Como consequência desta política de paridade e redução da produção, cresce a entrada de importadores de derivados de petróleo no país. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP), hoje existem 392 empresas autorizadas a realizar importações de derivados no país. Dessas empresas, 129 (33%) foram cadastradas depois de 2016.*

*4) Na busca pelo aumento da receita fiscal, em julho de 2017, o governo federal reajustou de 9% para 14% a alíquota do PIS/Cofins (Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), que incide sobre a gasolina e o diesel, com impactos ainda maiores sobre os preços finais.*

*5) A economia brasileira se torna mais suscetível às flutuações do mercado financeiro e aos ataques especulativos. Desde a liberalização e a desregulação financeira no começo dos anos de 1990, os fluxos de capitais de curto prazo e os ataques especulativos com o objetivo de direcionar as políticas nacionais têm se tornado elementos decisivos da economia. Quando se permite que um dos principais bens comercializáveis (e a principal fonte de energia e de transporte) possa variar conforme os fluxos financeiros, a economia nacional se torna ainda mais suscetível aos ataques especulativos. Desta forma, o governo reduz a capacidade de controle sobre a política econômica.*

*6) Diante de forte movimento especulativo, ainda que no curto prazo, ganham enormemente os acionistas<sup>16</sup>, boa parte deles de capital internacional”.*

A política implementada pelo Governo Federal pelo PPI e que agora é discutida pela PL n. 750/2021, retroage nas conquistas sociais ao estabelecer como referência os “*preços competitivos no mercado internacional, como*

---

<sup>15</sup> Embora se tenha conhecimento que último dado (4º Trimestre de 2021) a utilização da capacidade instalada das refinarias alcançou 88%, no entanto, *as importações continuaram a crescer em razão do aumento da demanda*. Disponível em: <https://tnpetroleo.com.br/noticia/uso-da-capacidade-das-refinarias-da-petrobras-chega-a-88/>. Acesso: 12/02/2022.

<sup>16</sup> Para saber a quem serve a política de preços da Petrobras. Sugiro a leitura da matéria produzida pela Reuters, jornalista Ricardo Brito, <https://6minutos.uol.com.br/economia/politica-de-precos-so-serve-a-petrobras-diz-coordenador-de-governadores-apos-decisao-de-descongelar-icms/>. Acessado 14/01/2022.



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*instituto internacional pro br*

*referência aqueles praticados na costa do golfo dos Estados Unidos*”, quando se trata de um produto que possui custos distintos e uma função estratégica ao desenvolvimento da nação pelo fortalecimento da indústria, do transporte e da comercialização de produtos derivados do petróleo que agregam muito mais valor do que apenas a sua extração<sup>17</sup>.

A PL 750/2021 estabelece a *subvenção econômica aos refinadores de petróleo por eles produzidos no País e aos importadores*, portanto, retira a autonomia energética, quando a Petrobras, integrante da Administração Pública Indireta, em gestões anteriores demonstrou capacidade e competência técnica<sup>18</sup> para ofertar produto com baixo custo para a população, chegando a responder por 13% do PIB brasileiro.

Nesse sentido, Elvino Bohn e Miguel Rosseto<sup>19</sup>, analisam que o pré-sal foi a materialização da excelência, capacidade e técnica e que deu autonomia de petróleo ao país para as próximas décadas, no entanto, consideram a política de Governo como uma forma de destruir a Petrobras ao considerar o petróleo e energia como “*commoditie*” ou oportunidade de negócio:

*“Nenhuma nação desenvolvida trata petróleo e energia como “commoditie” ou como oportunidade de negócio. Petróleo e energia significam poder. Econômico e político. Não por outra razão guerras são feitas por este recurso. Mas quando falamos em petróleo, não significa apenas a sua extração. Todas as grandes petroleiras do planeta são empresas integradas – do poço ao posto. Produzem (e refinam) petróleo, gás, energia renovável, petroquímicos e fertilizantes. E não abrem mão de distribuírem todos esses derivados....”*

O petróleo, desde século XX, assumiu um papel importantíssimo dentre os combustíveis fósseis, repercutindo em interesses geopolíticos e econômicos,

<sup>17</sup> Cabe referir que “*desenvolvimento do motor a combustão interna e a consequente utilização de combustíveis derivados de petróleo trouxeram novas perspectivas para as indústrias automobilísticas e aeronáuticas, promovendo sua expansão e a dinamização dos transportes*”, pesquisa disponível na obra **Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização** [https://saber.com.br/obras/PNLD/PNLD\\_2018/GeografiaGeralBrasil/2o%20Ano/GeografiaGeralBrasil\\_2\\_MP\\_0\\_046P18053\\_PNLD2018.pdf](https://saber.com.br/obras/PNLD/PNLD_2018/GeografiaGeralBrasil/2o%20Ano/GeografiaGeralBrasil_2_MP_0_046P18053_PNLD2018.pdf). Acessado 01/02/2022.

<sup>18</sup> Prova disso foi a descoberta, em 2006, do pré-sal que fez o Brasil dar um salto significativo no ranking mundial de reservas de petróleo. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2018/09/11/exploracao-do-pre-sal-completa-dez-anos-e-sofre-com-retrocessos-do-golpe>. Acessado 01/02/2022.

<sup>19</sup> GASSE, Elvino Bohn. ROSSETTO, Miguel. **Destruir a Petrobras é destruir a independência. Qual será a escolha do Brasil?** Disponível: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/destruir-a-petrobras-e-destruir-a-independencia-qual-sera-a-escolha-do-brasil/>. Acessado 15/05/2022.



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*instituto internacional pro hr*

marcados ao longo da história, como no caso da invasão do Iraque pelos Estados Unidos em 2003<sup>20</sup>.

A partir da análise da Venezuela na geopolítica do petróleo norte-americana, William Adrian Clavijo Vitto, demonstra que o interesse permanente dos americanos pelo petróleo transcende a segurança energética para uma questão de segurança nacional, devido ao caráter estratégico do petróleo nas questões ligadas à estrutura de poder mundial<sup>21</sup>.

O tema do controle energético por empresas nacionais, foi objeto de matéria da CNN<sup>22</sup>, apresentando, a partir de um levantamento da Universidade de Stanford, **que 73% das reservas de petróleo no mundo são controladas por estatais**. Outra pesquisa do Fundo Monetário Internacional (FMI) afirma que elas controlam cerca de US\$ 3 trilhões em ativos, ainda:

*“Dados do site Global Petrol Prices, que agrega preços da gasolina ao redor do mundo, **indicam que 9 dos 10 países com os menores preços possuem empresas estatais que atuam no setor de petróleo**. O Brasil fica na 81ª posição no grupo com 160 nações”.*<sup>23</sup>

A PL 750/2021 estabelece que refinadores recebam valores de mercado internacional<sup>24</sup> tal proposição vai na contramão dos investimentos públicos internacionais, onde os países que possuem menores preços possuem empresas estatais atuando no setor de petróleo, isso demonstra que o Estado brasileiro deveria estar investindo na autonomia energética e não subsidiando refinadores de petróleo.

<sup>20</sup> SALVADOR, Regina; Marques, Bruno Pereira. **Geopolítica do Petróleo: de Estrabão à(s) guerra(s) do Iraque**. in Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, nº 16, Lisboa, Edições Colibri, 2003, pp. 191-200. Disponível em [https://run.unl.pt/bitstream/10362/8021/1/RFCSH16\\_191\\_200.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/8021/1/RFCSH16_191_200.pdf). Acessado 01/02/2022.

<sup>21</sup> VITTO, William Adrian Clavijo. A Venezuela na geopolítica do petróleo norte-americana. Disponível em [https://www.erabedsudeste2019.abedef.org/resources/anais/12/erabedsudeste2019/1571765236\\_ARQUIVO\\_117\\_e584b20e4e0b8dc18dace370c9817.pdf](https://www.erabedsudeste2019.abedef.org/resources/anais/12/erabedsudeste2019/1571765236_ARQUIVO_117_e584b20e4e0b8dc18dace370c9817.pdf). Acessado 01/02/2022.

<sup>22</sup> Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/business/entenda-como-diferentes-mercados-de-exploracao-de-petroleo-formam-preco-no-mundo/>. Acessado 12/02/2022.

<sup>23</sup> Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/business/entenda-como-diferentes-mercados-de-exploracao-de-petroleo-formam-preco-no-mundo/>. Acessado 12/02/2022.

<sup>24</sup> Texto do projeto de lei – “II - Garantir que, em cada exercício financeiro anual, os refinadores de que trata o inciso I do caput deste artigo **recebam, no mínimo, os valores do mercado internacional** de que trata o caput do art. 68-B desta Lei”.



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.inadbr.org.br

Trata-se de uma questão de **direito da energia baseada em evidências**. A forma como é retratado o tema na PL 750/2021 desconsidera a energia como questão de segurança nacional, como, impõe condições gravosas a sociedade brasileira, quando a subvenção advinda das “National Oil Company” demonstra um panorama positivo no investimento de empresas petrolíferas nacionais:

*“National oil companies (NOCs) are at the center of governance challenges in many resource-dependent countries. Their success or failure is inextricably linked to the macroeconomic health and development prospects of their countries”<sup>25</sup>.*

De acordo com o Banco de Dados das Companhias Petrolíferas Nacional<sup>26</sup> as **empresas petrolíferas nacionais** (NOCs) produzem aproximadamente 55% do petróleo do mundo e gás, bombeando cerca de 85 milhões de barris de óleo equivalente por dia. De acordo com **o Banco Mundial estima-se que essas empresas controlam até 90 por cento reservas globais de petróleo e gás**, servindo assim como *gatekeepers* para acesso de companhias petrolíferas internacionais a hidrocarbonetos. Muitas dessas empresas gerenciam carteiras multibilionárias de bens públicos, executando projetos complexos em seus territórios como no mar, empregam dezenas ou centenas de milhares de cidadãos para realizar uma gama de serviços públicos, desde o fornecimento de energia até construção de infraestrutura. O mapa a seguir apresentado por essa pesquisa mostra as principais empresas petrolíferas nacionais no mundo<sup>27</sup>:

<sup>25</sup> The National Oil Company Database. <https://www.nationaloilcompanydata.org/api/publications/content/NFIInSnhdYNC4ntCohaYqok1u2jHAG4vvLXK1jwrL.pdf>. Tradução livre “As empresas petrolíferas nacionais (NOCs) estão no centro dos desafios de governança em muitos países dependentes de recursos. Seu sucesso ou fracasso está inextricavelmente ligado às perspectivas macroeconômicas de saúde e desenvolvimento de seus países”

<sup>26</sup> The National Oil Company Database. <https://www.nationaloilcompanydata.org/api/publications/content/NFIInSnhdYNC4ntCohaYqok1u2jHAG4vvLXK1jwrL.pdf>. Tradução livre “As empresas petrolíferas nacionais (NOCs) estão no centro dos desafios de governança em muitos países dependentes de recursos. Seu sucesso ou fracasso está inextricavelmente ligado às perspectivas macroeconômicas de saúde e desenvolvimento de seus países”

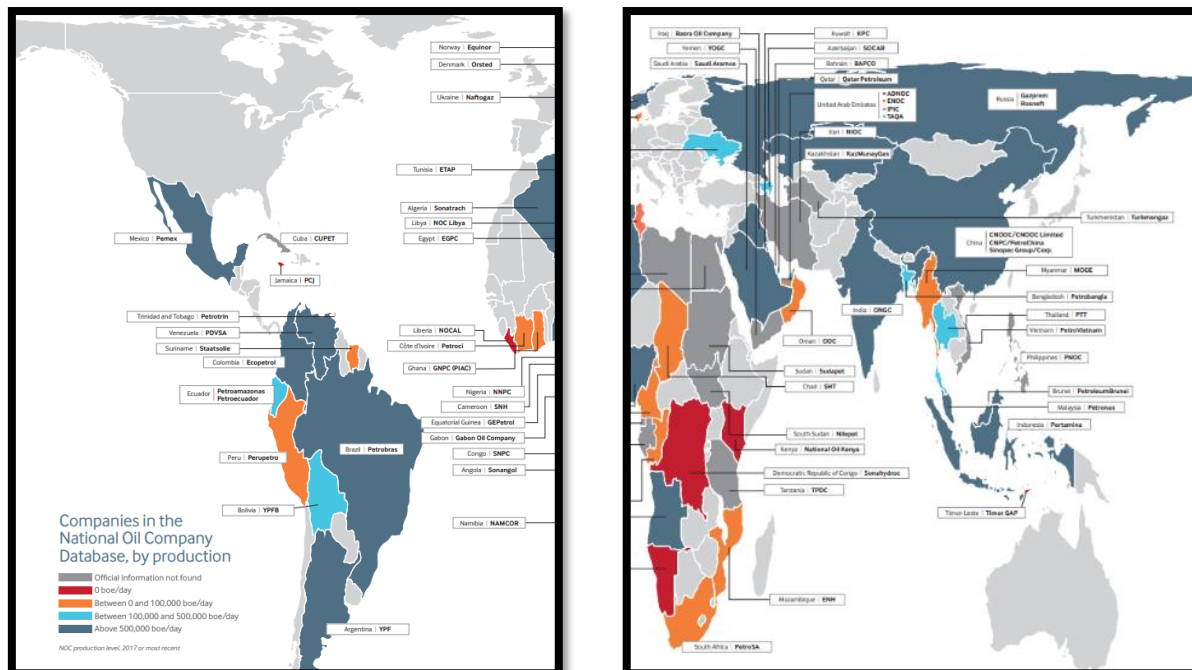
<sup>27</sup> The National Oil Company Database. Disponível em <https://www.nationaloilcompanydata.org/api/publications/content/NFIInSnhdYNC4ntCohaYqok1u2jHAG4vvLXK1jwrL.pdf>. Acessado em 01/02/2022.



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.inadbr.org.br



A política de desmantelamento da Petrobras<sup>28</sup>, pela privatização de suas unidades, ocasionou um maior número de importação, determinando que o Brasil pague valores do mercado internacional quando o mesmo possui tecnologia e recursos energéticos para garantir a autonomia do país<sup>29</sup>.

Dentro dos 51,6% de energia não renováveis utilizadas no Brasil, o petróleo representa 33,1%, conforme mapa do Relatório Síntese 2021, ano base 2020, do Ministério de Minas e Energia<sup>30</sup>:

<sup>28</sup> A redução e o desinvestimento na Petrobras desde 2015 custou o emprego de 2,5 milhões de brasileiros, o equivalente a 19% do desemprego atual, e provocou o aprofundamento da crise econômica no país. Os dados fazem parte da exposição feita pelo cientista social William Nozaki Diretor-técnico do Instituto de Estudos Estratégicos do Petróleo (Ineep). Disponível em <https://ineep.org.br/desmonte-da-petrobras-responde-por-19-do-desemprego-no-brasil/>. Acessado 01/02/2022.

<sup>29</sup> Embora haja uma discussão sobre a tecnologia para o refino do tipo de petróleo que possuímos. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50316414>. Acessado 05/03/2022.

<sup>30</sup> Relatório Síntese 2021. Disponível em [https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-601/topico-588/BEN\\_S%C3%ADntese\\_2021\\_PT.pdf](https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-601/topico-588/BEN_S%C3%ADntese_2021_PT.pdf). Acessado em 05/03/2022.

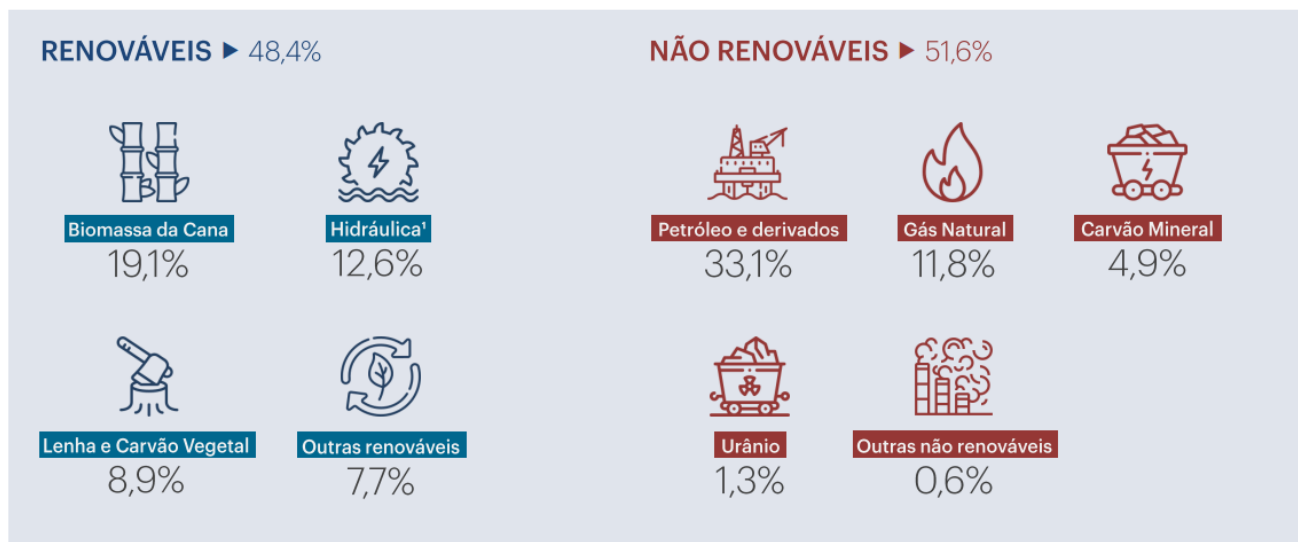


## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.inadnacional.org.br

### Repartição da Oferta Interna de Energia (OIE) 2020



Desse modo, analisar a característica da nossa matriz energética é muito importante para verificar que a **PL 750/2021 vai na contramão do Acordo de Paris** que estabelece um compromisso internacional para produção de energia limpa<sup>31</sup>, porque defende fonte não renovável de energia maior responsável pela **emissão de gases de efeito estufa (GEE)**<sup>32</sup>.

Vale ressaltar que para haver a transição energética (não renovável / renovável e limpa) cabe ao Estado fazer o investimento público comprometido com a Agenda 2030 da ONU, conforme estabelece o 7º objetivo “Energia Acessível e Limpa”<sup>33</sup>:

*“Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia”.*

Retomando o tema do esfacelamento do patrimônio público, pela política de desinvestimento na Petrobras, da possibilidade de desenvolvimento de tecnologia e pesquisa no campo de energia renovável, fomos para a concessão por meio da

<sup>31</sup> Acordo de Paris completa cinco anos, e Brasil retrocede nas políticas ambientais. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2020/12/12/acordo-de-paris-completa-cinco-anos-e-brasil-retrocede-nas-politicas-ambientais>. Acessado 05/03/2022.

<sup>32</sup> Matriz Energética e Elétrica. Disponível em <https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-eletrica>. Acessado em 05/03/2022.

<sup>33</sup> Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/ods/ods7.html>. Acessado 05/03/2022.



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*www.iabnacional.org.br*

privatização de fornecimento de produtos e serviços essenciais mais caros no setor de energia, colocando em risco a autonomia energética do país<sup>34</sup>. Conforme noticiado pelo Brasil de Fato<sup>35</sup>:

*“O preço da gasolina e do diesel produzidos na antiga Refinaria Landulpho Alves (Rlam), em São Francisco do Conde (BA), subiu mais do que os vendidos pela Petrobras desde que a estatal transferiu a administração da planta de produção de combustíveis a uma empresa privada, a Acelen, em 1º de dezembro do ano passado.*

*De lá para cá, o preço da gasolina tipo A produzida na Rlam, hoje chamada de Refinaria Mataripe, subiu 7,40%. Neste mesmo período, a mesma gasolina vendida para as distribuidoras pela Petrobras subiu 1,85%”.*

Embora o Estado garanta o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, pela liberdade de iniciativa e livre concorrência, expressas na Lei n. 12.529 de 2011<sup>36</sup>, os interesses privados não podem se sobrepor a soberania nacional, a cidadania e a dignidade da pessoa humana, conforme artigo 1, incisos I, II, III da Constituição Federal.

Como já foi referido, o Brasil tem como fundamento garantir o desenvolvimento nacional, a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, em que se atue firmemente para a erradicação da pobreza, da marginalização e da redução das desigualdades sociais e regionais, na forma do artigo 3 CRFB, portanto, toda e qualquer ação de Governo que envolva patrimônio e o interesse público devem partir da perspectiva de quais funções possuem dentro da ordem econômica e social (prioridades) que se encontram as necessidades como de que forma impacta na identidade democrática do povo brasileiro.

Historicamente, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE foi criado pela Lei nº 4.137/62<sup>37</sup>, entre as atribuições, estava a de “**apurar e reprimir os abusos do poder econômico**”. Com a promulgação da Lei n.

<sup>34</sup> Muito embora o monopólio estatal para exploração do petróleo tenha ocorrido no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Disponível em <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/apos-quatro-decadas-petrobras-perde-monopolio-para-explorar-petroleo-em-1997-21681963>. Acessado 05/03/2022.

<sup>35</sup> Refinaria privatizada aumenta preços de gasolina e diesel mais do que Petrobras. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/28/refinaria-privatizada-aumenta-precos-de-gasolina-e-diesel-mais-do-que-petrobras>. Acessado em 05/03/2022.

<sup>36</sup> Lei que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2011/lei/112529.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/lei/112529.htm). Acessado 05/03/2022.

<sup>37</sup> Lei nº 4.137, de 10 de setembro de 1962. Regula e repressão ao abuso do Poder Econômico. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/14137.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14137.htm). Acessado 13/03/2022.



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*www.iabnacional.org.br*

8.884/94<sup>38</sup>, que revogou a lei anterior e reformulou o sistema de repressão ao abuso econômico, permitindo ao CADE maior autonomia transformar-lhe em autarquia federal e criando o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SDE).

Em 2012, ocorreu uma reestruturação do sistema de defesa concorrência, pela **Lei nº 12.529/2011**<sup>39</sup>, entre as mudanças o CADE passou a elaborar estudos e opinar perante a Administração Pública sobre projetos envolvendo a defesa da livre concorrência, permaneceu como órgão julgador e absorveu competências dos outros órgãos, inclusive as de instrução processual, sendo subdividido em Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, para julgar, e Superintendência-Geral, para instaurar e instruir processos sobre condutas anticompetitivas.

Esse esclarecimento é relevante para que se possa constatar que **ao CADE é possível analisar se constitui infração contra a ordem econômica a atual política de Preço de Paridade de Importação (PPI)**, porque vivenciamos preços aviltantes de combustíveis, aos quais impactam em toda cadeia econômica e produtiva<sup>40</sup>, determinando reajustes a todo e qualquer tipo de produto ou serviço que dependa do petróleo e seus derivados<sup>41</sup>.

No mesmo sentido, analisando o aumento do valor do diesel, Fernandes Neto, Diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP)<sup>42</sup> destaca que a alteração modifica toda a cadeia produtiva e colabora também com a alta nos preços do arroz, do feijão, da carne, pois de acordo com ele, todo o transporte desses insumos depende do transporte rodoviário “Enquanto o diesel estiver com esses valores absurdos, consequentemente todo os insumos também estarão”.

---

<sup>38</sup> Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994. Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em Autarquia, dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18884.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18884.htm). Acessado 13/03/2022.

<sup>39</sup> Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011. Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica; dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112529.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112529.htm). Acessado 13/03/2022.

<sup>40</sup> Basta analisar as matérias como a produzida pela repórter da Rádio Inconfidência – Minas Gerais – Márcia Bueno, replicada pela Agência Brasil. **Aumento dos combustíveis podem impactar custos da agropecuária.** Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2021-10/aumento-dos-combustiveis-podem-impactar-custos-da-agropecuaria>. Acessado 13/03/2022.

<sup>41</sup>

<sup>42</sup> CARVALHO, Geovanni. "Gás de cozinha ou alimento?": famílias brasileiras enfrentam dilema diante da alta dos preços. Impacto da alta do preço do gás de cozinha e do combustível é tema de entrevista com diretor da FUP. Brasil de Fato. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/26/gas-de-cozinha-ou-alimento-familias-brasileiras-enfrentam-dilema-diante-da-alta-dos-precos>. Acessado 13/03/2022.



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*sumo internacional oro hr*

Para elucidar o que dispõe a Lei 12.529 de 2011<sup>43</sup>, no artigo 36, no que se refere a infração contra a ordem econômica:

*Art. 36. Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados:*

*I - limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa;*

*II - dominar mercado relevante de bens ou serviços;*

*III - aumentar arbitrariamente os lucros; e*

*IV - exercer de forma abusiva posição dominante.*

Nesse sentido, cabe denunciar a realidade no cenário brasileiro, quando a Petrobras alcançou o maior lucro da história atingindo a marca de R\$106,6 bilhões, no mesmo ano **em que o consumidor também pagou preços recordes dos combustíveis**, acionistas receberam R\$37,3 bilhões em dividendos, sendo que no ano passado eles receberam R\$63,4 bilhões, tudo isso, enquanto a população brasileira paga caro pelo preço dos combustíveis e toda cadeia produtiva (direta e indireta) que depende dessa matriz energética é impactada pelo PPI<sup>44</sup>.

Certamente o Congresso Nacional de 1953 que aprovou a criação da Petrobras lamentaria os descaminhos que levaram tanto ao desinvestimento como a entrega das nossas riquezas energéticas para acionistas internacionais, basta lembrar a matéria produzida pela Agência Senado Federal<sup>45</sup>:

<sup>43</sup> Lei que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e da outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/112529.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112529.htm). Acessado 05/03/2022.

<sup>44</sup> Petrobras tem lucro recorde de R\$ 106 bi e anuncia mais R\$ 37 bi em dividendos. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/02/lucro-da-petrobras-passa-de-r-100-bilhoes-e-empresa-anuncia-mais-r-37-bilhoes-em-dividendos.shtml>. Acessado 05/03/2022.

<sup>45</sup> WESTIN, Ricardo. Criação da Petrobras rachou o Senado em 1953. Agência Senado. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/06/02/criacao-da-petrobras-rachou-o-senado-em-1953>. Acessado 13/03/2022.



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*www.iabnacional.org.br*



Foto Agência Senado.

*“São centenas de papéis escritos 61 anos atrás — a capital era o Rio — que documentam a batalha do petróleo. Até então, o Brasil não tinha uma política para o petróleo. Ela precisava ser decidida com urgência porque o país dependia das importações, danosas à balança comercial, para atender à crescente demanda por derivados do petróleo — combustível de carro e avião e insumo de indústrias como a química e a da construção civil. Na mensagem que anexou ao projeto, Vargas escreveu que o petróleo produzido no país só atendia a 2,5% da necessidade nacional”.*

Conforme os pesquisadores Álisson Riceto da Universidade Federal de Goiás e Ronaldo da Silva da Universidade Federal de Uberlândia<sup>46</sup>:

*“O que vem ocorrendo nos últimos anos, em especial desde as alterações no Marco Regulatório de 2010, é uma guinada na perspectiva da empresa como a redução radical de investimentos, a venda de ativos, deixando de ser uma companhia integrada, bem estruturada no sistema “do poço ao posto”, para uma empresa dependente da importação de derivados, tecnologias e que está concentrando sua atuação no setor de exploração e produção, além de abdicar de setores estratégicos e lucrativos como o refino e comércio de derivados”.*

Entende-se que os preços abusivos frequentes de combustíveis, a distorção da finalidade da Petrobras que deveria atender ao interesse público e não majoritariamente ao de acionistas necessitam ser enfrentados com responsabilização porque fere a ordem econômica e as relações de consumo, na forma da Lei n. 8.137 de 1990<sup>47</sup>, artigo 4, que considera crime contra a ordem econômica:

<sup>46</sup> O papel da Petrobras na economia brasileira (2003/2018): ascensão e queda. Disponível em <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/38745/29141/171195>. Acessado 05/03/2022.

<sup>47</sup> Define crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo, e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18137.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18137.htm). Acessado 05/03/2022.



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

*I - abusar do poder econômico, dominando o mercado ou eliminando, total ou parcialmente, a concorrência mediante qualquer forma de ajuste ou acordo de empresas;*

*II - formar acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes, visando:* (Redação dada pela Lei nº 12.529, de 2011).

*a) à fixação artificial de preços ou quantidades vendidas ou produzidas;* (Redação dada pela Lei nº 12.529, de 2011).

*b) ao controle regionalizado do mercado por empresa ou grupo de empresas;* (Redação dada pela Lei nº 12.529, de 2011).

*c) ao controle, em detrimento da concorrência, de rede de distribuição ou de fornecedores.*

Ao destacar o inciso I, do artigo 4, acima referido, “abusar do poder econômico, dominando o mercado ou eliminando, total ou parcialmente, a concorrência mediante qualquer forma de ajuste ou acordo de empresas” cumpre referir que quando o país está sob o monopólio privado no setor de refino, por exemplo, fica submetido a condições nada republicanas. Isso porque uma empresa privada almeja o lucro, produzindo o que lhe convém, não atentando as necessidades da sociedade como ao desenvolvimento de novas fontes de energia e tecnologia oriundas desse processo.

No inciso II, alínea “a”, do artigo 4, acima destacado “formar acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes, visando: a) à fixação artificial de preços ou quantidades vendidas ou produzidas;” desconsidera a estrutura e o papel desempenhado pela Petrobras ao longo de sua história, conforme Álisson Riceto da Universidade Federal de Goiás e Ronaldo da Silva da Universidade Federal de Uberlândia<sup>48</sup> afirmam:

*(...) o papel desempenhado pela Petrobras ao longo de sua história, a posição dessa empresa no que se refere ao abastecimento energético nacional e, principalmente, no desbravamento do pré-sal, é muito mais interessante para o país que ela esteja à frente da operação dos consórcios e mantenha seu sofisticado padrão tecnológico. Afinal, apoiada em um planejamento estratégico de caráter geoeconômico, a estatal poderia voltar às suas atividades de E&P para o desenvolvimento de outros setores da economia brasileira, como vinha ocorrendo com a Política de Conteúdo Local (PCL).*

<sup>48</sup> O papel da Petrobras na economia brasileira (2003/2018): ascensão e queda. Disponível em <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/38745/29141/171195>. Acessado 05/03/2022.



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*www.iabnacional.org.br*

**Não há como analisar a PL 750/2021 sem levar em consideração o contexto geopolítico internacional** e a forma que o Governo conduz a gestão da Petrobras.

Com a invasão da Ucrânia pela Rússia, o aumento do preço do petróleo disparou para mais de US\$ 100, verificando-se o quão exposto está o Brasil quando poderia garantir preços mais acessíveis se alinhasse pela Petrobras uma política nacional de segurança energética<sup>49</sup>.

Ratifica-se que a PL 750/2021 ao propor subsídio, não pratica ação afirmativa para a segurança nacional do Brasil, mas sim apresenta uma **política paliativa para a redução dos preços**.

Nesse cenário de guerra, para evitar que a alta da *commodity* corroa o seu caixa, a Petrobras foi recorrer aos estoques comprados há cerca de dois meses, a preços mais baixos, no entanto, permanece o risco de que a reserva acabe e o abastecimento interno seja afetado<sup>50</sup>.

Enquanto a China<sup>51</sup>, conforme informação divulgada pela agência Bloomberg, ordena prioridade máxima para estocar petróleo, gás e alimentos, pelos impactos nas economias mundiais da guerra na Ucrânia<sup>52</sup>, no Brasil o que se constata é a privatização de unidades do Sistema Petrobras, como, também a venda do maior campo de petróleo em terra no Espírito Santo, gasodutos e porto, numa transação que pode custar até R\$ 2,7 bilhões<sup>53</sup>, a depender de uma política para a extração de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, em contraposição, do outro lado do mundo, Pequim estoca uma série de *commodities* como petróleo, gás, minério de ferro, milho e trigo.

---

<sup>49</sup> Guerra leva ministro de Minas e Energia a apoiar liberação de estoques de petróleo para regular preço de combustíveis. Disponível em <https://correiodopovo-al.com.br/geral/guerra-leva-ministro-de-minas-e-energia-a-apoiar-liberacao-de-estoques-de-petroleo-para-regular-preco-de-combustiveis>. Acessado 05/03/2022.

<sup>50</sup> Com alta do petróleo, defasagem do preço da gasolina já é de 24% e pressão aumenta sobre Petrobras (PETR4). Disponível em <https://www.infomoney.com.br/mercados/com-alta-do-petroleo-defasagem-do-preco-da-gasolina-ja-e-de-24-e-pressao-aumenta-sobre-petrobras-petr4/>. Acessado 05/03/2022.

<sup>51</sup> Sem adentrar se China apoia Rússia ou Ucrânia, mas no fato de como atua no que se refere a segurança nacional, aqui se inclui a energética e alimentar.

<sup>52</sup> China ordena prioridade máxima para estocar petróleo, gás e alimentos. Disponível em <https://exame.com/mundo/china-prioridade-maxima-estocar-alimentos/>. Acessado 05/03/2022.

<sup>53</sup> Petrobras vende maior campo de petróleo em terra do ES, gasodutos e porto. Disponível em <https://www.agazeta.com.br/es/economia/petrobras-vende-maior-campo-de-petroleo-em-terra-do-es-gasodutos-e-porto-0222>. Acessado 05/03/2022.



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.inadnacional.org.br

Recentemente, a ministra da Agricultura, Tereza Cristina afirmou que o Brasil tomou uma decisão equivocada ao paralisar a produção nacional de fertilizantes usados em lavouras porque a autossuficiência no insumo é uma questão de segurança alimentar e até de segurança nacional. Em suas palavras<sup>54</sup>:

*“Por que tomamos lá no passado a decisão equivocada de não produzir fertilizantes?” (...). “No passado, a decisão era de importar pois era mais barato. Mas o Brasil precisa tratar esse assunto como segurança nacional e segurança alimentar.”*

Após Temer chegar à Presidência com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff<sup>55</sup>, no ano de 2016, alterações drásticas ocorreram, como o início da implementação do PPI, o desinvestimento da Petrobras que como exemplo deixou o mercado de fertilizantes. Em entrevista concedida a Davi de Souza, do site Petronotícias, a época diretor da Federação Única dos Petroleiros (FUP), o engenheiro petroquímico Gerson Castellano explicou<sup>56</sup>:

*“A partir de 2018, a Petrobrás começou a concretizar um desejo de sair do setor de fertilizantes nitrogenados. O primeiro movimento da empresa nesse sentido foi hibernar as suas duas unidades no Nordeste – na Bahia e em Sergipe. Isto é, a empresa interrompeu a produção e manteve as condições para poder reativar os equipamentos a qualquer momento. Além disso, a companhia começou um processo de venda das fábricas de fertilizantes do Paraná e do Mato Grosso do Sul. A UFN III do Mato Grosso do Sul era a única que não estava operando ainda, pois ainda estava em construção, com 85% das obras concluídas. Essa unidade seria uma fábrica moderna, com alta produção – maior do que a das outras três Fafens. A ideia da Petrobrás era fazer uma venda casada da unidade do Paraná com a do Mato Grosso do Sul, mas a empresa não teve resultado positivo nesse desinvestimento.*

*No ano passado, a Petrobrás optou por hibernar a Fafen do Paraná. Nesse meio tempo, as Fafen de Sergipe e Bahia foram arrendadas para o grupo Proquigel/Unigel – e voltaram a produzir em 2021. O Brasil passou pelo ano de 2020 sem nenhuma oferta interna de fertilizantes nitrogenados. Quando o país tinha as três Fafen em funcionamento, importávamos em torno de 70% a 76% de*

<sup>54</sup> Tereza Cristina diz que que Brasil errou ao fechar fábricas de fertilizantes da Petrobrás, Disponível em <https://www.brasil247.com/brasil/tereza-cristina-diz-que-que-brasil-errou-ao-fechar-fabricas-de-fertilizantes-da-petrobras>. Acessado 05/03/2022.

<sup>55</sup> Cabe referir que o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, admitiu que o impeachment da presidenta Dilma ocorreu por motivações políticas e não por pedaladas fiscais. Correio Braziliense. Disponível em <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/02/4982430-barroso-admite-que-impeachment-de-dilma-ocorreu-por-motivacoes-politicas.html>. Acessado 13/03/2022.

<sup>56</sup> SOUZA, Davi de. Saída da Petrobrás da área de fertilizantes coloca soberania alimentar do país em risco, avalia diretor da Fup. Petronotícias. Disponível em <https://petronoticias.com.br/saida-petrobras-fertilizantes-coloca-soberania-alimentar-em-risco-avalia-diretor-fup/>. Acessado 13/03/2022.



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*instituto internacional pro hr*

*fertilizantes nitrogenados. Mas no último ano os importados dominaram 100% do mercado. A produção das fábricas de fertilizantes de Sergipe e Bahia foram retomadas nesse ano, mas ainda estamos dependendo de quase 85% de importação de fertilizantes nitrogenados”.*

Conforme divulgado pelo Brasil 247<sup>57</sup>, naquela época, a Petrobras alegava que produzir fertilizantes dava prejuízo, no entanto, dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA)<sup>58</sup> tabulados pela consultoria StoneX indicavam que, ainda em 2020, cerca de 84% dos fertilizantes usados por agricultores brasileiros já eram importados, ou seja, a lógica de não dar lucro não fecha se há consumo de produtos importados e se o tema da segurança alimentar também ser de segurança nacional.

Conforme engenheiro petroquímico Gerson Castellano<sup>59</sup> a decisão de hibernar ou vender as fábricas foi equivocada e contribuiu para aumentar a insegurança alimentar do país diante da crise no abastecimento de fertilizantes:

*“Importante lembrar que os fertilizantes nitrogenados são usados em muitas culturas importantes para nós, como a cana e o feijão – dois produtos muito fundamentais do ponto de vista de soberania alimentar”*

Na perspectiva de garantias de setores estratégicos ao país, não obrigatoriamente esses devem dar lucro, mas sim, **atender a função social da sua existência visando o interesse público e a segurança nacional**. Enfatiza-se que empresa privadas almejam lucro, não havendo um compromisso com a finalidade social, a serviços e produtos essenciais, muito menos transparência e controle social.

O centro de estudos em democracia e sustentabilidade sediado na Holanda, Transnational Institute - TNI<sup>60</sup> mapeou serviços privatizados que foram

---

<sup>57</sup> Tereza Cristina diz que que Brasil errou ao fechar fábricas de fertilizantes da Petrobrás, Disponível em <https://www.brasil247.com/brasil/tereza-cristina-diz-que-que-brasil-errou-ao-fechar-fabricas-de-fertilizantes-da-petrobras>. Acessado 05/03/2022.

<sup>58</sup> Tereza Cristina diz que que Brasil errou ao fechar fábricas de fertilizantes da Petrobrás, Disponível em <https://www.brasil247.com/brasil/tereza-cristina-diz-que-que-brasil-errou-ao-fechar-fabricas-de-fertilizantes-da-petrobras>. Acessado 05/03/2022.

<sup>59</sup> SOUZA, Davi de. Saída da Petrobrás da área de fertilizantes coloca soberania alimentar do país em risco, avalia diretor da Fup. Petronotícias. Disponível em <https://petronoticias.com.br/saida-petrobras-fertilizantes-coloca-soberania-alimentar-em-risco-avalia-diretor-fup/>. Acessado 13/03/2022

<sup>60</sup> ELIAS, Juliana. UOL. Reestatização cresce porque empresa privada tem serviço ruim. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/03/07/reestatizacoes-tendencia-crescendo-tni-entrevista.htm?cmpid=copiaecola>. Acessado 13/03/2022.



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*www.inadbr.org.br*

devolvidos ao controle público em todo o mundo entre os anos de 2000 e 2017, na matéria divulgada pelo site Uol, a jornalista Juliana Elias, destacou que são casos de concessões não renovadas, contratos rompidos ou empresas compradas de volta, em sua grande maioria de serviços essenciais como distribuição de água, energia, transporte público e coleta de lixo sob o fundamento de reclamações de preços altos e serviços ruins.

As empresas públicas e sociedades de economia mista que integram a Administração Pública Indireta passam por um controle rigoroso de gestão pública além de que seus objetivos, conforme a legislação constitucional e infraconstitucional, deve ser interesse público, assim, para referir alguns órgãos que fiscalizam estão Tribunal de Conta da União (TCU) e dos Estados (TCE), Controladoria-Geral da União (CGU), Ministério Público (MP) e Conselho De Controle De Atividades Financeiras (COAF), diferentemente do controle sobre a corrupção privada que são menores, lembremo-nos de casos ocorridos na General Elétric<sup>61</sup>, na Vale<sup>62</sup>, Samsung<sup>63</sup>, na Volkswagen<sup>64</sup>, Operação Águas Limpas<sup>65</sup> etc.

A Resolução n. 9 de 2019 emitida pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE<sup>66</sup> que estabelece diretrizes para a promoção da livre concorrência na atividade de refino no País, foi certamente uma medida que gera insegurança nacional, porque desconsidera todo histórico internacional das **empresas petrolíferas nacionais** (NOCs) que produzem aproximadamente 55% do petróleo do mundo e gás, bombeando cerca de 85 milhões de barris de óleo equivalente por dia, ratifica-se que **o Banco Mundial estimou que essas empresas controlam até 90 por cento reservas globais de petróleo e gás**<sup>67</sup>.

<sup>61</sup> SALOMÃO, Karin. GE é acusada de maior fraude da história, de US\$ 38 bilhões. Disponível em <https://exame.com/negocios/o-que-envolve-o-novo-escandalo-contabil-da-ge/>. Acessado em 13/03/2022.

<sup>62</sup> Vale (VALE3) fechou os olhos para alegações de corrupção, diz bilionário Steinmetz. Disponível em <https://www.moneytimes.com.br/vale-vale3-fechou-os-olhos-para-alegacoes-de-corrupcao-diz-bilionario-steinmetz/>. Acessado em 13/03/2022.

<sup>63</sup> Herdeiro da Samsung não recorrerá de condenação por corrupção. Disponível em <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/afp/2021/01/25/herdeiro-da-samsung-nao-recorrera-condenacao.htm>. Acessado em 13/03/2022.

<sup>64</sup> 'Dieselgate': veja como escândalo da Volkswagen começou e as consequências. Disponível em <https://g1.globo.com/carros/noticia/2015/09/escandalo-da-volkswagen-veja-o-passo-passo-do-caso.html>. Acessado em 13/03/2022.

<sup>65</sup> Operação Águas Limpas: réus são condenados a mais de 83 anos na Serra catarinense. TJSC. Disponível em <https://www.tjsc.jus.br/web/imprensa/-/operacao-aguas-limpas-reus-sao-condenados-a-mais-de-83-anos-na-serra-catarinense?redirect=%2F>. Acessado 13/03/2022.

<sup>66</sup> Resolução n. 9, de 9 de maio de 2019. Disponível em [https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/conselhos-e-comites/cnpe/resolucoes-do-cnpe/arquivos/2019/Resolucao\\_CNPE\\_09\\_2019.pdf](https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/conselhos-e-comites/cnpe/resolucoes-do-cnpe/arquivos/2019/Resolucao_CNPE_09_2019.pdf). Acessado em 05/03/2022.

<sup>67</sup> The National Oil Company Database. <https://www.nationaloilcompanydata.org/api/publications/content/NFIInSnhdYNC4ntCohaYqok1u2jHAG4vvLX>



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

Portanto, como investir em petróleo seria um mal negócio para o país? Quando potências como Estados Unidos e China compram ainda mais reservas. Por aqui, iniciativas como Resolução n. 9 de 2019, propõe transferir ativos de refino sem a manutenção de participação societária do alienante nesses empreendimentos.

Conforme Paulo César Ribeiro Lima “a produção e o refino de petróleo não podem ser tratados como um simples negócio privado com foco no lucro empresarial e no mercado, como tem ocorrido, ilegalmente, no País”<sup>68</sup> porque afronta a Constituição Federal (como já relatado no parecer face a necessidade da autonomia energética deveria ser tratada como assunto de segurança nacional), como nos termos da Lei nº 9.847 de 26 de outubro de 1999 o abastecimento nacional de combustíveis é considerado atividade de utilidade pública<sup>69</sup>:

*“Art. 1 A fiscalização das atividades relativas às indústrias do petróleo e dos biocombustíveis e ao abastecimento nacional de combustíveis, bem como do adequado funcionamento do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e do cumprimento do Plano Anual de Estoques Estratégicos de Combustíveis, de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, será realizada pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) ou, mediante convênios por ela celebrados, por órgãos da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios § 1 O abastecimento nacional de combustíveis é considerado de utilidade pública e abrange as seguintes atividades:*

*I - produção, importação, exportação, refino, beneficiamento, tratamento, processamento, transporte, transferência, armazenagem, estocagem, distribuição, revenda, comercialização, avaliação de conformidade e certificação do petróleo, gás natural e seus derivados; (...)”*

Quando se vende petróleo bruto, se perde a possibilidade do Estado através do refino, vender produtos derivados do petróleo, que tem muito maior valor agregado.

---

[K1jwrL.pdf](#). Tradução livre “As empresas petrolíferas nacionais (NOCs) estão no centro dos desafios de governança em muitos países dependentes de recursos. Seu sucesso ou fracasso está inextricavelmente ligado às perspectivas macroeconômicas de saúde e desenvolvimento de seus países”

<sup>68</sup> LIMA. Paulo César Ribeiro. A produção e refino de petróleo como utilidade pública. Disponível em <https://aepet.org.br/w3/index.php/conteudo-geral/item/1761-a-producao-e-refino-de-petroleo-como-utilidade-publica>. Acessado 05/03/2022.

<sup>69</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19847.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19847.htm)



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*instituto internacional pro hr*

Lamentavelmente, o que vem se retratando na política brasileira é um estímulo “*a livre concorrência*” que é nada mais do que uma prevalência de interesses econômicos contrários aos interesses públicos porque não se verifica uma preocupação genuína com o desenvolvimento energético do país, como de trazer produtos a população a baixo custo para promoção do desenvolvimento econômico e de toda cadeia produtiva que proporciona o petróleo, tal constatação é evidenciada pelas pesquisas apontadas neste relatório, baseada em evidências, portanto, não se trata de texto opinativo.

A pesquisa baseada em evidências é uma forma de comprovar a efetividade das intervenções e subsidiar a tomada de decisão na implementação de políticas macroeconômicas.

Retomando o tema das modificações ocorridas na Petrobras, nos últimos cinco anos, PBio que é uma das maiores produtoras de biodiesel do país, considerada estratégica, em um contexto de transição energética para combustíveis menos poluentes, foi privatizada sem qualquer indicativo do Estado em apresentar política pública para suprimir o papel da subsidiária da Petrobras<sup>70</sup>.

Esse contexto, é para demonstrar que a **PL 750/2021 não aponta em nenhum compromisso com a RenovaBio que estabelece a Política Nacional de Biocombustíveis** (RenovaBio)<sup>71</sup>, parte integrante da política energética nacional de que trata o artigo 1º da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, com os seguintes objetivos:

- I - contribuir para o atendimento aos compromissos do País no âmbito do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima;*
- II - contribuir com a adequada relação de eficiência energética e de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, na comercialização e no uso de biocombustíveis, inclusive com mecanismos de avaliação de ciclo de vida;*

<sup>70</sup> MPF cita “impacto socioeconômico” e pede suspensão da privatização de subsidiária da Petrobras. Brasil de Fato. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/16/mpf-cita-impacto-socioeconomico-e-pede-suspensao-da-privatizacao-de-subsidiaria-da-petrobras>. Acessado 13/03/2022.

<sup>71</sup> Lei n. 13.576, de 26 de dezembro de 2017. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13576.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13576.htm). Acessado: 12/02/2022.



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*www.institutoadvogados.org.br*

- III - *promover a adequada expansão da produção e do uso de biocombustíveis na matriz energética nacional, com ênfase na regularidade do abastecimento de combustíveis; e*
- IV - *contribuir com previsibilidade para a participação competitiva dos diversos biocombustíveis no mercado nacional de combustíveis.*

O artigo 2<sup>72</sup> da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) estabelece:

- I - *a contribuição dos biocombustíveis para a segurança do abastecimento nacional de combustíveis, da preservação ambiental e para a promoção do desenvolvimento e da inclusão econômica e social;*
- IV - *o papel estratégico dos biocombustíveis na matriz energética nacional.*

Os princípios da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio) está previsto no artigo 3 e é composto por ações, atividades, projetos e programas, deverá viabilizar oferta de energia cada vez mais sustentável, competitiva e segura, observados os seguintes princípios<sup>73</sup>:

- I - *previsibilidade para a participação dos biocombustíveis, com ênfase na sustentabilidade da indústria de biocombustíveis e na segurança do abastecimento;*
- II - *proteção dos interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta de produtos;*
- III - *eficácia dos biocombustíveis em contribuir para a mitigação efetiva de emissões de gases causadores do efeito estufa e de poluentes locais;*
- IV - *potencial de contribuição do mercado de biocombustíveis para a geração de emprego e de renda e para o desenvolvimento regional, bem como para a promoção de cadeias de valor relacionadas à bioeconomia sustentável;*
- V - *avanço da eficiência energética, com o uso de biocombustíveis em veículos, em máquinas e em equipamentos; e*

<sup>72</sup> Lei n. 13.576, de 26 de dezembro de 2017. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13576.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13576.htm). Acessado: 12/02/2022;

<sup>73</sup> Lei n. 13.576, de 26 de dezembro de 2017. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13576.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13576.htm). Acessado: 12/02/2022;



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*evento internacional pro hr*

*VI - impulso ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, visando a consolidar a base tecnológica, a aumentar a competitividade dos biocombustíveis na matriz energética nacional e a acelerar o desenvolvimento e a inserção comercial de biocombustíveis avançados e de novos biocombustíveis.*

Numa análise dos instrumentos, previstos no artigo 4, da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), entre outros a PL 750/2021 fere:

- a) a redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na matriz de combustíveis de que trata Lei n. 13.576/2017;*
- b) créditos de Descarbonização;*
- c) adições compulsórias de biocombustíveis aos combustíveis fósseis;*
- d) os incentivos fiscais, financeiros e creditícios;*
- e) as ações no âmbito do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.*

O parecer entende que é importante a criação de Fundo de Estabilização dos Preços dos Derivados do Petróleo – FEPD<sup>74</sup>, mas não sob os mesmos fundamentos do que é proposto pela PL 750/2021. Face ao aumento da inflação decorrente do efeito cascata de produtos derivados do petróleo pela subutilização da Petrobras, desnacionalizando o patrimônio público pela entrega das riquezas energéticas e estruturas de gasodutos e oleodutos como da indústria naval.

Em 2018, Cloviomar Cararine<sup>75</sup>, autor da Nota Técnica do Dieese “A escalada do preço dos combustíveis e as recentes escolhas da política do setor de petróleo”, destacou que a Petrobras deveria levar em consideração outros fatores para definir os preços dos combustíveis, como o volume de extração de petróleo no Brasil, a capacidade de refino no país e, especialmente, os custos dessas duas atividades. Na Nota Técnica n. 194 do Dieese<sup>76</sup>, ainda se destaca:

<sup>74</sup> Que é proposto no inciso IV “Ser fonte de recursos orçamentários para compensar eventuais reduções de tributos incidentes na comercialização de derivados de petróleo”.

<sup>75</sup> O petróleo com custo nacional baratearia gasolina dizem analistas. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/06/02/baixar-preco-gasolina-diesel-petrobras.htm>. Acessado 05/03/2022.

<sup>76</sup> A Nota Técnica do DIEESE n. 194 de 2018 “A escalada do preço dos combustíveis e as recentes escolhas da política do setor de petróleo”. Disponível em <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec194PrecosCombustiveis.pdf>, acessado 05/03/2022.



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.iabnacional.org.br

*É fundamental o fortalecimento da capacidade do Estado brasileiro para administrar as flutuações externas de custos, reduzindo o impacto da dinâmica geopolítica internacional do petróleo, e, ao mesmo tempo, direcionando a política interna de preços para o atendimento dos interesses dos consumidores. Como empresa estatal, a Petrobras deveria ter a atuação voltada para esses interesses e não favorecer os investidores estrangeiros e especuladores que ganham em torno da livre flutuação de preços.*

Uma medida do governo americano para conter o aumento dos preços dos combustíveis foi a liberação de 50 milhões de barris de petróleo da Reserva Estratégica do país<sup>77</sup>. A diferença para o **Governo brasileiro é que se quer temos investido em reservas de petróleo para conter a inflação**, pelo contrário, é vendido o petróleo bruto, reduzindo exponencialmente o valor do produto subutilizado como estratégia de desenvolvimento econômico nacional.

O pior da PL 750/2021 é que **FEPD será regulamentado por Decreto do Presidente da República<sup>78</sup>, assim, uma forma totalmente antidemocrática onde deveria por amplo debate público**, pelo princípio da participação cidadã na gestão pública, como fundamento do Estado Democrático de Direito, pelo exercício da cidadania, artigo 1 da CRFB, a partir do debate qualificado com os principais atores públicos e privados que desempenham uma função estratégica no país para o desenvolvimento econômico, com foco na prevalência do interesse público e na garantia de efetivação do artigo 3 da Constituição Federal<sup>79</sup>.

A PL 750/2021 ao estabelecer alíquotas progressivas mínimas de imposto de exportação privilegiam o fluxo da saída de um produto considerado estratégico a economia brasileira<sup>80</sup>, quando na verdade, o país encontra-se a deriva de um comando que atente ao interesse público ao invés de beneficiar acionistas da Petrobras como já demonstrado pelos lucros arbitrários para uma sociedade de economia mista vinculada a Administração Pública Indireta.

<sup>77</sup> Biden anunciará uso das reservas de petróleo para conter alta do combustível. Disponível em <https://economia.uol.com.br/noticias/efe/2021/11/23/biden-anunciara-uso-das-reservas-de-petroleo-para-conter-alta-do-combustivel.htm>. Acessado 01/02/2022.

<sup>78</sup> Texto do parágrafo único do inciso IV estabelece “O FEPD será regulamentado por Decreto do Presidente da República, que definirá, também, os critérios para redução da volatilidade de que trata o inciso I do caput deste artigo e para destinação dos recursos do FEPD”.

<sup>79</sup> Recomendo a leitura da dissertação de mestrado de João Eduardo Gomide de Paula, sobre “Intervenção Estatal e Petróleo”, apresentada na USP no Departamento de Direito Econômico e Financeiro da Faculdade de Direito. Disponível versão simplificada [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-18112016-115258/publico/versao\\_simplificada\\_Joao\\_Eduardo\\_Gomide\\_de\\_Paula.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-18112016-115258/publico/versao_simplificada_Joao_Eduardo_Gomide_de_Paula.pdf). Acessado 01/02/2022.

<sup>80</sup> Texto do artigo 2 “O petróleo bruto, compreendido no código 2709.00.10 da Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM, fica sujeito às seguintes alíquotas progressivas mínimas de imposto de exportação (...)”.



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*www.iabnacional.org.br*

Entende-se que o PL n. 750/2021 fere princípios e regras da ordem econômica estabelecidos na Constituição Federal, porque:

- a) não prioriza uma proteção do setor petrolífero;
- b) não preserva a soberania brasileira e nem promove o desenvolvimento nacional;
- c) deixa sem respostas a garantia da autossuficiência nacional da produção de petróleo;
- d) promove uma cultura de desinvestimento na indústria nacional pela privatização de um setor estratégico a autonomia energética;
- e) não estabelece o investimento na capacitação tecnológica, a qual já demonstrou resultados pela descoberta do pré-sal;
- f) prioriza o mercado internacional ao invés do mercado nacional;
- g) não garante o abastecimento de produtos derivados do petróleo, num momento pelo qual já ficou comprovado pela greve dos caminhoneiros.

Na análise de todas as normas constitucionais e infraconstitucionais analisadas pela parecerista, entende-se que as práticas que vem ocorrendo devem ser urgentemente apuradas por entender ofensa ao **dever de defender o Estado Democrático de Direito e a soberania nacional**, considerado crime de lesa-pátria, na forma da Lei n. 14.197 de 2021<sup>81</sup>:

*Art. 359-K. Entregar a governo estrangeiro, a seus agentes, ou a organização criminosa estrangeira, em desacordo com determinação legal ou regulamentar, documento ou informação classificados como secretos ou ultrassecretos nos termos da lei, cuja revelação possa colocar em perigo a preservação da ordem constitucional ou a soberania nacional:*

*Pena - reclusão, de 3 (três) a 12 (doze) anos.*

*§ 1º Incorre na mesma pena quem presta auxílio a espião, conhecendo essa circunstância, para subtraí-lo à ação da autoridade pública.*

*§ 2º Se o documento, dado ou informação é transmitido ou revelado com violação do dever de sigilo:*

*Pena - reclusão, de 6 (seis) a 15 (quinze) anos.*

*§ 3º Facilitar a prática de qualquer dos crimes previstos neste artigo mediante atribuição, fornecimento ou empréstimo de senha, ou de qualquer outra forma de acesso de pessoas não autorizadas a sistemas de informações:*

<sup>81</sup> Lei n. 14.197 de 01 de setembro de 2021. crime de lesa-pátria. Disponível [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2021/Lei/L14197.htm#art4](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14197.htm#art4). Acessado 15/02/2022.



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*instituto internacional pro hr*

*Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos.*

De acordo com Eric Gil Dantas economista do Ibeps e do Observatório Social da Petrobrás os Projetos de Lei que estão em andamento no Congresso Nacional:

*“não atacam a causa do problema e como podem se transformar simplesmente em subsídio sem impactos relevantes no preço final dos combustíveis mas com alto impacto fiscal”<sup>82</sup>*

Dantas é crítico ao PPI face a desvalorização do Real:

*“E apesar de hoje o dólar ter dado uma folga (R\$ 5,27), a expectativa para o Real é de piora. Com o aumento da taxa de juros do Fed (banco central dos EUA) o Real imediatamente se desvalorizará novamente. O Boletim Focus (BC) prevê uma taxa de câmbio de R\$ 5,60 ao final do ano, e de R\$ 5,50 para o ano que vem. Além disto, as previsões para o preço internacional do petróleo são da possibilidade de chegar até mesmo a US\$ 100. Atualmente o Brent e o WTI rondam os US\$ 90. Só o ajuste do câmbio para os R\$ 5,60 pode pressionar em mais de 6% o preço do barril de petróleo, e consequentemente do combustível. Se o Brent chegar aos US\$ 100, nesta taxa de câmbio, o aumento será de 17%. Tudo isto é o cenário mais provável para 2022”<sup>83</sup>.*

Entende-se que o Brasil, pelo que foi constatado no parecer, possui condições de estabelecer uma política de autonomia energética como elemento estratégico para o desenvolvimento estatal com tecnologia nacional e ao financiar importadores movimenta acima do interesse público, o interesse privado, quando ao investir o dinheiro público na Administração Pública Indireta, há o maior controle sobre as políticas e ações que serão implementadas, estando essas submetidas a atuar dentro da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da eficiência e publicidade, enfim, dentro da juridicidade de seus atos de gestão.

Não somente a área petrolífera é atingida, mas tudo que através dela necessita da sua intervenção pelos derivados do petróleo, com ressalta o Wallace Landim que foi um dos líderes da greve de caminhoneiros de 2018 e é presidente da Abrava (Associação Brasileira dos Condutores de Veículos Automotores):

---

<sup>82</sup> Disponível em <https://www.sindipetrosjc.org.br/p/2640/artigo-os-projetos-em-tramitacao-poderao-resolver-o-problema-do-preco-dos-combustiveis>. Acessado: 12/02/2022.

<sup>83</sup> Disponível em <https://www.sindipetrosjc.org.br/p/2640/artigo-os-projetos-em-tramitacao-poderao-resolver-o-problema-do-preco-dos-combustiveis>. Acessado: 12/02/2022.



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

www.inadbr.org.br

*“Políticos candidatos às eleições deste ano abraçaram essa causa, mas não têm conhecimento dela. E se tem, é só promessa de política”<sup>84</sup>*

Dantas afirma que o caminho da privatização é o oposto à solução do preço dos combustíveis<sup>85</sup>:

*“É possível vender combustíveis sem ser a preços internacionais. (...) Mas precisamos de uma Petrobras estatal e integrada. Por isto é urgente parar a entrega dos ativos da maior empresa da América Latina. Não podemos deixar que continuem fazendo com o país o que fizeram com a Bahia”<sup>86</sup>.*

Ratifica-se que é necessário considerar a **energia como elemento estratégico do desenvolvimento brasileiro, como do controle dos recursos energéticos ser fator de soberania e segurança nacional**. Cabe considerar que a energia barata é estratégica para o crescimento, desenvolvimento e a melhoria de um padrão de vida da população, como Dantas acima destacou no caso da Bahia, como considerar quais são os efeitos econômicos em apenas financiar importadores e refinadores?

Os exemplos de fatiamento da Petrobras demonstram o quão prejudicial é a população. Registre-se o impacto negativos da venda a Refinaria Landulpho Alves (RLAM - Petrobras), para o fundo de investimento árabe Mubadala Capital que além de alterar nome para Refinaria de Mataripe <sup>87</sup> promoveu após a sua compra o terceiro aumento no valor do combustível em menos de um mês.

Agora os produzidos produtos derivados do petróleo pela Refinaria de Mataripe atentam aos interesses dos investidores e não das necessidades do Estado. Conforme noticiado pelo Brasil de Fato<sup>88</sup>, o abastecimento de embarcações no porto de Salvador parou desde que Petrobras vendeu Rlam a uma empresa privada.

<sup>84</sup> Disponível em <https://economia.ig.com.br/2022-02-11/caminhoneiros-diesel-eleitoreiro.html>. Acessado: 12/02/2022.

<sup>85</sup> Disponível em <https://www.sindipetrosjc.org.br/p/2640/artigo-os-projetos-em-tramitacao-poderao-resolver-o-problema-do-preco-dos-combustiveis>. Acessado: 12/02/2022.

<sup>86</sup> Disponível em <https://www.sindipetrosjc.org.br/p/2640/artigo-os-projetos-em-tramitacao-poderao-resolver-o-problema-do-preco-dos-combustiveis>. Acessado: 12/02/2022.

<sup>87</sup> Disponível: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/02/refinaria-privatizada-na-bahia-vende-combustivel-mais-carro-que-petrobras.shtml>. Acessado: 12/02/2022.

<sup>88</sup> Disponível: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/10/refinaria-privatizada-decide-exportar-e-deixa-navios-sem-combustivel-na-bahia>. Acessado: 12/02/2022.



## Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*www.inadbr.org.br*

A Mubadala Capital produz o óleo combustível próprio para navios, no entanto, **a produção passou a ser exportada**. Assim, as embarcações que navegam pela Bahia precisam agora abastecer em outros portos, nas palavras de Carlos Augusto Muller, presidente do Sindicato Nacional dos Oficiais da Marinha Mercante (Sindmar)<sup>89</sup> que representa os trabalhadores de navios comerciais:

*“Não há óleo combustível disponível no Porto de Salvador desde que a Acelen assumiu a refinaria. Um navio tem que programar a ida a outro porto para abastecer”.*

Vamos, na prática pela PL 750/2021, financiar importadores de combustíveis, ajudando os interesses privados, quando na verdade **a política estatal de autonomia energética deveria levar em consideração a promoção do interesse público, redução das desigualdades sociais, geração de emprego e renda, investimento em tecnologia e na educação**.

Existem outras propostas em discussão no Congresso Nacional<sup>90</sup>, onde integrantes do governo e parlamentares protagonizassem uma "corrida" de apresentação de propostas, lembrando que estamos em ano eleitoral, que caso sejam aprovadas vão contribuir para aumentar o rombo nas contas públicas em 2022, a qual já prevê déficit de R\$ 79,3 bilhões para a União.

## CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

O Brasil encontra-se na 13ª posição no ranking das maiores economias em 2021<sup>91</sup>, tal resultado é consequência da ausência de intervenção do Estado na garantia de serviços essenciais, assim como promotor e incentivador principal da tecnologia, da pesquisa e da ciência.

O aumento do desemprego, a quebra da indústria naval, a greve dos caminhoneiros a qual impactou na falta de abastecimento e fornecimento de

---

<sup>89</sup> Refinaria privatizada decide exportar e deixa navios sem combustível na Bahia. Disponível em <https://www.cut.org.br/noticias/refinaria-privatizada-decide-exportar-e-deixa-navios-sem-combustivel-na-bahia-a328>. Acessado 05/03/2022.

<sup>90</sup> Inflação dos combustíveis gera 'corrida de propostas' no Congresso; veja detalhes dos textos. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/02/06/inflacao-dos-combustiveis-gera-corrida-de-propostas-no-congresso-veja-detallhes-dos-textos.ghtml>. Acessado: 12/02/2022.

<sup>91</sup> Disponível em <https://noticias.r7.com/economia/brasil-cai-para-13-lugar-no-ranking-das-maiores-economias-em-2021-03122021>, acessado 02/02/2022.



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*www.iabnacional.org.br*

diversos produtos, especialmente, alimentos, demonstra os impactos negativos na economia nacional como de direitos básicos para o exercício da cidadania.

Inquestionável, portanto, a relação da soberania nacional, quando o petróleo promove o desenvolvimento em cadeia, já demonstrado pela capacidade da Petrobras em representar percentual significativo no PIB brasileiro.

As principais nações no mundo entendem a questão da política energética não somente como assunto de segurança do abastecimento, mas sobretudo, de **segurança nacional**. Na contramão, assistimos no Brasil, propostas e políticas de Governo para financiar importadores e especuladores de nossas riquezas minerais, assim, contrárias ao interesse do povo.

Entende-se pelo que foi analisado que as práticas de Governo implementadas para o desinvestimento da Petrobras, setor estratégico ao país, ofende o Estado Democrático de Direito, **crime de lesa-pátria**, na forma da Lei n. 14.197 de 2021, artigo 359-K.

Também se verificou a necessidade de apurar os efeitos da prática adotada pelo PPI seja na apuração de infração contra a ordem econômica, tanto pela responsabilidade do CADE pelos **padrões de comercialização de combustível que fere os consumidores e os lucros exorbitantes da Petrobras** (sociedade de economia mista), vinculada a Administração Pública Indireta, com a necessidade de intervenção urgente do Ministério Público, conforme dispõe a Lei n. 8.137 de 1990, artigo 4, incisos I, II, alíneas “a” e “b”, artigo 16.

Por essas razões, o parecer é contrário a PL n. 750/2021 por entender que é inconstitucional, fere a segurança nacional, a autonomia energética, a ordem econômica, ao desenvolvimento do país, como ao interesse público. O petróleo ainda é a nossa principal matriz energética, sendo responsável por grande parte do desenvolvimento econômico junto aos seus produtos derivados capaz de movimentar a economia interna e desenvolver o emprego formal, direto e indireto, contribuindo com a erradicação da pobreza, da desigualdade social e da fome.

A PL n. 750/2021 afronta também a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), composta por ações, atividades, projetos e programas, porque deveria viabilizar oferta de energia cada vez mais sustentável, competitiva e segura, conforme a Lei n. 13.576, de 26 de dezembro de 2017, como desconsidera o compromisso brasileiro com os objetivos de desenvolvimento sustentável



## *Instituto dos Advogados Brasileiros*

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar - 20020-080  
Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173

*www.iabnacional.org.br*

estabelecidos pela Agenda 2030 da ONU<sup>92</sup>, especialmente, o objetivo 7 em garantir o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia. Estimulando fontes de energia não poluentes, de modo a atender a economia protegendo o meio ambiente.

Não se verifica na proposta legislativa nenhuma preocupação com as metas para a transição energética, a fim de deixar para trás fontes de energia não renováveis e poluidoras.

Assim o parecer é contrário a propositura legislativa PL n. 750/2021 porque afronta normas constitucionais e infraconstitucionais, internacionalmente, fere o Acordo de Paris como a Agenda 2030 da ONU.

Recomenda-se a remessa dessa na análise para o Congresso Nacional, para o Conselho Nacional de Política Energética, para o Conselho Federal da OAB, para a Presidência da República, para o Supremo Tribunal Federal, diante das inúmeras ações judicializadas que já ocorreram possibilitando a venda do patrimônio público, **com danos diretos a segurança energética** que é questão de segurança nacional, como ao Ministério Público Federal, Conselho Nacional do Ministério Público a fim de contribuir no aprimoramento de políticas institucionais para fiscalização de ações governamentais com vistas a apurar desvios de finalidade, abuso de poder onde a prevalência de interesses privados chocam com o interesse público, com a soberania nacional e ao regime democrático.

---

<sup>92</sup> Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/7>. Acessado em 05/03/2022.